

Porto de Vitória

Operação da PF investiga corrupção na Codesa e tem parlamentar do ES como alvo

Duas pessoas foram presas na operação, que teve alvos no Estado e em Brasília. Mandados foram expedidos pelo STF por haver envolvimento de parlamentar com prerrogativa de foro, restrita a deputados federais e senadores

Rafael Silva | Repórter de Política
rfreitas@redgazeta.com.br

Vitória / Rede Gazeta
Publicado em 12/05/2021 às 10h12



Navio carregado de contêineres no complexo do Porto de Vitória; prejuízo já estimado pela investigação da PF é de, pelo menos, R\$ 9 milhões. Crédito: Thiago Có/Log-In Divulgação

A Polícia Federal deflagrou na manhã desta quarta-feira (12) a Operação Corsários, para investigar uma organização criminosa que atuava na Companhia Docas do Espírito Santo (Codesa), estatal federal que administra o Porto de Vitória e tem sede na Capital do Estado. As investigações apontam que parlamentar capixaba nomeava pessoas no órgão com a finalidade de desviar recursos públicos da área portuária. De acordo com a [coluna Painei, da Folha de S. Paulo](#), a senadora [Rose de Freitas](#) (MDB) é alvo de mandado de busca e apreensão.

Os mandados de prisão temporária e busca e apreensão foram expedidos pelo Supremo Tribunal Federal (STF), já que há o indício de envolvimento de uma pessoa com prerrogativa de foro. O foro especial por prerrogativa de função é restringido na Suprema Corte, para o caso de parlamentares, a deputados federais e senadores.

Foram cumpridos dois mandados de prisão temporária e 10 mandados de busca e apreensão em residências e empresas nos municípios de Vitória, Cariacica e Serra, no Espírito Santo, e em Brasília, no Distrito Federal, o sequestro de bens e valores, além da prisão em flagrante de um dos investigados pelo crime de porte ilegal de armas.

De acordo com a Polícia Federal, os crimes teriam acontecido entre os anos de 2015 e 2018, direcionando certames e desviando recursos públicos dos contratos firmados com as prestadoras de serviços. A investigação contou com a colaboração da atual gestão da Codesa, que, em auditoria realizada, estima que somente em dois dos contratos auditados a organização criminosa pode ter desviado cerca de R\$ 9 milhões.

Para receber os recursos desviados, o grupo investigado utilizava um escritório de advocacia, responsável por simular a prestação de serviços advocatícios para lastrear a movimentação dos valores. As investigações revelaram ainda que a lavagem do dinheiro ilegal também acontecia por meio da compra de imóveis de luxo e do pagamento de despesas pessoais dos envolvidos.

A operação contou com a participação de 44 policiais federais. São investigados o cometimento de crimes de concussão, corrupção passiva, corrupção ativa, organização criminosa, fraude a licitações e lavagem de capitais.